

Minha experiência com o método de alfabetização de Paulo Freire

Georgina de Melo¹

My experience with Paulo Freire's literacy method

Obrigado pelo carinho e simpatia. Boa tarde a todos. É um prazer muito grande estar convosco e partilhar um pouco desta experiência que tive o privilégio de viver e de ter com Paulo Freire e com a equipa dele. Vou então contar-vos essa história que encontra reflexos no livro «*Cartas à Guiné-Bissau - registros de uma experiência em processo*», que a Professora Judite Primo mencionou. Depois, no debate, poderei responder a questões mais técnicas ou específicas.

Mas também gostava de mostrar-vos as coisas que ficaram desse processo, que eu gosto de conservar desde aqueles tempos: fichas das palavras geradoras, imagens/desenhos invocadores das palavras geradoras, textos de apoio aos monitores, textos de apoio aos trabalhadores/alfabetizando, etc.. É por isso que, de início, nós tínhamos pensado em fazer uma reunião presencial, para poder partilhar convosco esses materiais. Não tendo podido fazer-se a reunião presencial que tínhamos pensado e devia ter acontecido o ano passado, por causa da pandemia, o nosso encontro acontece hoje, 8 de Julho, que representa uma feliz coincidência, por causa de três datas.

Assim, se me permite a Professora Judite Primo e se me permitem todos vocês, porque estamos no mês de Julho e a Moana Souto, ao convidar-me, falou-me da celebração do dia de Nelson Mandela, eu gostava de referir três datas importantes do mês de Julho. A primeira, que aconteceu no início desta semana, a 5 de Julho, marca o quadragésimo sexto aniversário da independência de Cabo Verde. Quem é de países mais antigos, com uma história mais vasta, talvez não entenda. Mas para nós é muito recente, está muito presente, pois marca o início de uma fase na nossa história em que nós decidimos o nosso próprio destino. O país pode estar mal ou bem, mas somos nós os responsáveis por ele estar assim: se votamos bem, se votamos mal, se participamos, ou se deixamos de participar. O destino do país passou a estar em nossas mãos. É o que celebramos a 5 de Julho. Por isso é uma data muito simbólica e importante para

¹ Licenciou-se em Economia pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Mais tarde, fez estudos de pós graduação com o CENFA (Cabo Verde) & FUNDAP (Brasil), e com a Graduate School of Public and International Affairs da Universidade de Pittsburgh (EUA). É Mestre em Património, Turismo e Desenvolvimento, pelo Departamento de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade de Cabo Verde. Trabalhou como economista tanto em Cabo Verde como em Timor-Leste. Desempenhou várias funções, nos sectores público e privado, em Cabo Verde. Em Timor-Leste, conduziu o processo de instalação da agência de promoção do investimento e das exportações, tendo sido sua primeira Diretora Executiva. Já trabalhou com projetos de diferentes fundos e agências das Nações Unidas. Também já trabalhou com projetos financiados pelo Banco Mundial, tanto em Cabo Verde como em Timor-Leste. Foi Diretora-Geral da CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

todos/as os/as cabo-verdianos/as. A segunda, o dia em que nasceu Nelson Mandela, que celebra-se a 18 de Julho, de que certamente falará a Moana Souto. E, por último, o 31 de Julho, que é o dia da mulher africana. Uma data muito importante para todas as mulheres que são de África ou que estão ligadas, de alguma maneira, à África. Como em todos os outros continentes, não sei se mais, se menos, as mulheres aguentam o funcionamento da sociedade, transmitem as coisas para as novas gerações, as boas e por vezes, as menos boas. São uma trave mestra no funcionamento das nossas sociedades em África. São datas muito importantes, que nos convidam a reflectir.

Mas voltemos à alfabetização. A minha experiência com a alfabetização aconteceu em Lisboa, Portugal, nos meus tempos de estudante universitária de economia. Porém, não foi em Lisboa que conheci Paulo Freire. Só vim a conhecê-lo depois, em Cabo Verde e, a encontrá-lo, um pouco mais tarde, na Guiné Bissau. Era eu estudante quando passei, a dada altura, a fazer parte do que era na época o movimento de libertação que lutava pelas independências da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, denominado PAIGC - Partido Africano da Independência da Guiné e de Cabo Verde. Por isso tinha preocupações de ordem social muito forte, de luta por igualdade, por justiça social, para além da questão da independência em si, preocupações sociais que são inspiradas pelos escritos de Amílcar Cabral, a quem nós chamamos o pai da nacionalidade cabo-verdiana (na Guiné-Bissau diz-se a mesma coisa). Amílcar Cabral foi um grande estratega que conduziu a luta destes dois países contra o regime colonial, pela independência. Não foi simplesmente um chefe de guerra. Ele foi um líder político sobretudo, mas foi também um líder diplomático que levou a luta destes povos às Nações Unidas e a várias capitais, procurando conquistar apoios para a luta contra o sistema colonial português. Amílcar Cabral deixou uma grande obra escrita, que estudiosos de várias universidades, em diferentes países, um pouco por todos os continentes, vêm estudando. Eu continuo a achar que é uma obra extremamente actual, que dá orientações muito fortes e uma força muito grande à luta dos povos oprimidos contra as sociedades injustas. É no quadro dessa luta por uma independência política, conduzida por um líder muito esclarecido, uma luta inspirada por preocupações sociais e políticas muito fortes, que entendemos que fazia todo o sentido o trabalho de alfabetização com Paulo Freire. Porquê?

Estamos a falar da década de 1970, em que a África, a região saheliana - a faixa do Sahel que vai desde do Índico até ao Atlântico -, mas, sobretudo, a zona da África Ocidental onde Cabo Verde insere-se, sofria uma seca muito severa. Essa seca foi tão severa que levou as Nações Unidas, em 1973, a criar um fundo denominado UNSO - Escritório das Nações Unidas para a Região Sudano-Saheliana, destinado a levar programas de apoio às populações que enfrentavam essa seca, de tão severa que ela era. A sua designação seria mais tarde alterada para Escritório das Nações Unidas de Luta Contra a Seca e a Desertificação, sendo colocado sob a alçada do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, como fundo especializado. Num país pequeno, arquipelágico, como Cabo Verde, em que as condições normais são de seca por causa da influência permanente e muito presente do deserto do Sahara, essa grande seca em todo o Sahel teve um impacto muito forte. Então deu-se uma grande saída de gente dos campos. Como a cidade não tinha soluções, essa gente partiu para outras paragens, entre elas, Portugal. É que Portugal naquela época tinha sofrido um grande fluxo emigratório de trabalhadores para a Europa, sobretudo a França. Em resultado, havia uma grande falta de mão de obra num conjunto de sectores, entre eles, a construção civil em Lisboa e no Algarve. Coincidentemente, a mão de obra cabo-verdiana chegava, na busca de melhores condições de vida, ou melhor, na busca de condições de vida, pois que nas ilhas não havia soluções. Os cabo-verdianos que vinham à procura de sustento para as famílias que ficaram nas ilhas, preencheram assim o vazio deixado pelos portugueses que tinham emigrado para a França. Houve mesmo uma fase em que a comunidade cabo-verdiana em Portugal constituía a maior comunidade estrangeira. Estimava-se na ordem das 100 000 pessoas, o que era muito, numa altura em que Portugal teria entre 8 a 9 milhões de pessoas.

Estamos a falar de gente que não vinha da cidade, de gente que vinha dos campos em Cabo Verde, de onde tinha sido expulsa pela seca, na sua maioria gente analfabeta. Era portanto gente que precisava de aprender, que queria ser alfabetizada, até para, quanto muito não seja, poder escrever uma carta à família. Na época não se falava, escrevia-se cartas, em papel, enviadas por correio. A alfabetização era de facto uma necessidade. Ora, os princípios, a filosofia que o método Paulo Freire trazia quase que casavam com a filosofia, com a estratégia, com o pensamento político de Amílcar Cabral. Era portanto uma conjugação perfeita. Fazia todo o sentido que nós fizéssemos alfabetização usando o método Paulo Freire. Os cabo-verdianos, que vinham dos campos, onde é que viviam? Pois bem, os construtores civis criavam aquilo que a chamávamos de barracões, que eram como umas grandes camaratas, com beliches, onde viviam dezenas de homens. Eu agora já não me lembro quantos homens andavam em cada camarata, talvez 40 ou 50. A camarata era a casa daquele grupo. Havia vários barracões e nós íamos a esses barracões, em determinados dias da semana, num horário pré determinado. Normalmente era um horário de final de dia, porque só depois que eles terminassem o seu dia de trabalho é que podíamos fazer a alfabetização. Eles viviam nesses barracões escuros, portanto lá dormiam, lá estavam os seus parques haveres, lá cozinhavam. A camarata em que resumia-se a sua vida, era como que uma outra família que eles tinham, em alternativa à família que tinha ficado para trás. E nós lá íamos fazer funcionar os círculos de cultura e a alfabetização, com o método Paulo Freire.

Também estamos a falar de uma época em que os democratas portugueses lutavam contra o fascismo e, em que nós, parte do movimento estudantil, lutávamos pela independência dos nossos países. Estou a falar de Cabo Verde mas poderia dizer a mesma coisa para os colegas da Guiné-Bissau, de Angola, de Moçambique. Fazia por isso todo o sentido nós levarmos também junto destes trabalhadores a mensagem de Amílcar Cabral, de anseio de liberdade, de busca da independência. Assim, ao mesmo tempo que levávamos a alfabetização, levávamos um trabalho de consciencialização política, inspirado pelo PAIGC e pela obra de Amílcar Cabral, para despertá-los para a independência. Para que eles entendessem porque é que estavam em Portugal, porque é que o camponês da sua terra acabou por transformar-se em operário de construção civil, a levantar um prédio num país em que passava frio, em que eventualmente passava fome. Que situação diferente nós poderíamos ter, que país diferente nós poderíamos ter, se tivéssemos o destino da nossa terra em nossas mãos. Enfim, juntávamos essas duas vertentes, partindo destes dois ideólogos (não sei se o termo é o mais correto). Amílcar Cabral mas também Paulo Freire permitiam isso, pois eles confluíam, havia em ambos uma convergência muito clara de preocupação social, de busca de justiça, de luta contra uma sociedade injusta. E assim lá íamos nós, como estudantes.

Ora, como militantes estavam-nos atribuídas determinadas zonas de Lisboa, ou do Algarve, consoante a residência de cada elemento. No meu caso, trabalhei com a comunidade cabo-verdiana em Lisboa e, cabia-me Chelas. A zona que na época chamava-se Chelas acredito que agora corresponderá àquilo que é obviamente Chelas, mas também um pouco ao Parque das Nações, à Belavista onde fazem os festivais. Enfim, toda aquela faixa à beira rio onde estavam a nascer grandes prédios, grandes obras. A uma outra companheira, Margarida Évora (Sanha), que hoje em dia é quadro da Organização Internacional das Telecomunicações, cabia Santo António dos Cavaleiros e, assim sucessivamente. Cada um/a de nós ia às camaratas dos cabo-verdianos na zona que lhe estava adstrita e fazia esse trabalho.

Para preparar-nos, além de estudar as obras de Paulo Freire, nós tínhamos sessões com gente que tinha mais experiência, ou da área do método Paulo Freire, ou da área da sociologia, ou da linguística, que nos ensinava. Eu lembro-me de algumas reuniões que nós tivemos em 1975, em que aprendemos muito sobre as questões técnicas. Com o professor Fiori (certamente que o conhecem de “Aprender a dizer a sua palavra”), com a professora Raquel, com a Valentina Peixoto, pessoas com quem perdi completamente o contacto. Eram pessoas experientes que davam-nos uma formação mais teórica sobre os aspectos técnicos de aplicação do método. Com eles aprendemos muito das coisas técnicas sobre como lidar, como trabalhar com o método

Paulo Freire. Lembro-me dos nomes desses companheiros, porque tenho os meus apontamentos e fui lá buscá-los. Ainda tenho a minha Pedagogia do Oprimido, de 1975. É tão velhinha que as folhas já caem. Anda por isso num saquinho de plástico para não perder folhas. Mas é a minha assinatura que está nela, com a data de Abril de 1975.

Em suma, a minha experiência começou assim, como estudante, a fazer a alfabetização junto da diáspora cabo-verdiana em Lisboa. Ora, a dado passo, a coordenação do processo entendeu que esta experiência poderia servir lá nas ilhas, considerando o país que nascia. Acresce que, na reunião que tivéramos com o professor Fiori em Abril de 1975, ele anunciara a disponibilidade que havia, por parte do Conselho Mundial das Igrejas, para financiar a ida de Paulo Freire a Cabo Verde e à Guiné-Bissau, para partilhar com os que estivessem interessados sobre o método, ver o que se poderia fazer, etc.. Havia também, segundo Fiori, a disponibilidade da UNESCO para colocar lá uma equipa composta de sociólogo e linguista, por um tempo maior. A missão de Paulo Freire e da sua equipa seria, necessariamente, de curta duração. Já a equipa da UNESCO teria uma missão mais longa, de 4 a 5 meses, para fazer um trabalho mais continuado. Subsequentemente, foi decidido que uma equipa deveria ir a Cabo Verde e discutir estas questões com as autoridades, que nos acolheram. Vinham da luta e vinham com aqueles princípios muito frescos, aquela vontade de mudar, de alterar, de introduzir mais participação, de introduzir justiça social no sistema, pelo que acolheram bem estas propostas e experiências. Efectivamente Paulo Freire viria a ser recebido em Cabo Verde, se não me falha a memória, em duas visitas. Eu tenho apontamentos da visita de 1976. Não tenho da outra que terá sido em 1978 ou 1979. Sei que em Cabo Verde existem relatórios dessas missões no ministério da educação, mas (ainda) não consegui que mos facultassem. Dizem-me que estão enterrados debaixo de toneladas de arquivos posteriores.

Entretanto, nos meus apontamentos tenho anotações da missão do Instituto de Acção Cultural (IDAC) de Fevereiro de 1976. Nessa primeira missão fica clara a metodologia, no sentido de que a alfabetização não é um assunto (só) de educadores, de alfabetizadores, de ministérios da educação. A questão de fundo - e isso só aprendo na experiência com Paulo Freire, em Cabo Verde -, é a questão política, que é mais importante, bem como a questão institucional. A alfabetização é um assunto de todo um aparelho estatal, não é assunto só do ministério da educação, mas sim do conjunto das instituições do Estado. As notas que eu tenho mostram várias reuniões, com várias instituições, inclusivamente com as forças armadas. Porquanto, naquela época, as forças armadas eram dirigidas por quadros que vinham da luta de libertação nacional, gente que tinha feito a luta armada. Quero dizer que não eram militares, mas antes eram militantes armados como nós costumávamos dizer. Agora já é diferente, 46 anos depois da independência, já existem umas forças armadas republicanas, formadas em academias ocidentais. Mas, naquela altura, ainda os dirigentes militares eram os militantes que tinham tomado armas em suas mãos, para lutar e expulsar dos nossos países o poder colonial. Era pois muito clara a sua orientação política. Por isso, a alfabetização fazia-se também nos quartéis. Enfim, todos os caminhos que fossem possíveis para trazer para a cidadania aquela população analfabeta, eram utilizados.

E a verdade é que, nesta ronda de contactos, em que fomos a algumas ilhas, ele pôde ver, ouvir e discutir com quem estava a fazer nas várias ilhas e o quê. Discutiu-se o porquê, onde funcionou, onde deixou de funcionar, quais as dificuldades. Eu lembro-me de uma reunião na ilha de Santo Antão em que foram relatadas tentativas de lançar a alfabetização pelo método Paulo Freire numa dada localidade, que acabaram por ser suspensas, por desmotivação, falta de alfabetizadores, falta de condições (cartazes, fichas, etc.). Aquilo não estava a funcionar. Analisava-se buscando entender porquê, tendo-se concluído que tinha-se feito da alfabetização um trabalho isolado, sem atender a todas as suas interligações. Além de que, daquilo que era relatado, percebia-se que o monitor estava a ser um professor tradicional. A alfabetização tinha sido feita pelo método tradicional, o qual não funciona no círculo de cultura.

Outra das conclusões a que chegou-se é que era necessário criar-se uma comissão nacional de alfabetização, que seria alimentada pelo trabalho de alfabetização de base. Era

necessário que todas as instituições fossem parte do processo. E, efectivamente, uma alfabetização que no início era meio tímida, com um bando de carolas e com muita militância, depois converteu-se numa questão de Estado, envolvendo várias instituições públicas, diversos parceiros. Converteu-se em uma obrigação de Estado, repito, não uma tarefa do ministério da educação, mas uma obrigação do Estado de Cabo Verde.

Os resultados mostram que esta aposta que Paulo Freire defendia e que foi implementada conduziu ao sucesso. No momento da independência, segundo a tese de doutoramento de Corsino Tolentino, havia uma taxa de alfabetização de 39,3%. Em 2005 a taxa de alfabetização já ia nos 85%. Em 2010 a UNESCO atribuiu a Cabo Verde o prémio internacional de literacia², através do programa de treino e educação de adultos, que soube priorizar a alfabetização e formação das mulheres³, premiação que foi entendida como reconhecimento de todo o trabalho, seus resultados e impacto.

Da equipa de Paulo Freire eu lembro-me de Elza, sua querida esposa, que participava em tudo, um membro muito activo em todas as tarefas e discussões. E era muito bonito ver a relação entre os dois, eles já quase nem precisavam de falar, olhavam e estava tudo dito, ou, de vez em quando, um sussurro assim no ouvido do outro e já passava a mensagem. Lembro-me também do Miguel Darcy de Oliveira, do Marcos Arruda, do José Barbosa, isto dos membros da equipa do IDAC que foram a Cabo Verde, num momento ou noutro. Já na Guiné-Bissau em que eu participei num outro momento, em Outubro de 1976, lembro-me do Ladislau Dowbor. Ele não tinha directamente a ver com a alfabetização. Era economista e estava lá como assessor do governo, trabalhando, se não me trai a memória, com o comissário Vasco Cabral (na época os ministros guineenses eram chamados de comissários). Mas era casado com uma das filhas de Paulo Freire, pelo que estava por dentro do processo e participava em muitas das actividades.

Naturalmente que na Guiné-Bissau, sendo o país em cujo território a luta armada de libertação nacional tinha decorrido, o processo de educação e de alfabetização era muito mais antigo. Enquanto que em Cabo Verde nós iniciámos com o 25 de Abril de 1974 e, com mais força, após a independência, em 1975, na Guiné-Bissau o processo vinha de antes. Porquê? Porque no decurso do processo da luta de libertação nacional vastas áreas do território foram conquistadas ao poder colonial. Havia por isso grandes zonas do território físico da Guiné-Bissau que eram controladas pelo PAIGC, o movimento de libertação nacional. São as chamadas zonas libertadas. Ora, quem controla o território é que administra a justiça, faculta a educação, disponibiliza a saúde, assegura o abastecimento de bens essenciais, etc.. Em suma, as grandes funções do Estado eram exercidas pelo PAIGC. É claro que havia o poder colonial e, que estavam tropas portuguesas no território guineense. Havia uma administração colonial que estava sobretudo em Bissau e, tropas em alguns pontos do território. As tropas lá estavam, mas ficavam acantonadas nos quartéis. O território à volta era gerido pelo PAIGC e suas estruturas. Ou seja, lá nesses territórios fazia-se a educação. Onde é ficavam as escolas? Pois bem, as escolas eram bancos colocados debaixo das árvores, na floresta, no campo. Ainda não havia edifícios. Assim, o processo nas zonas libertadas era muito mais antigo.

Após a saída do país dos representantes das autoridades coloniais portuguesas e suas tropas, os libertadores chegaram a Bissau e assumiram o poder em todo o território. É neste quadro que vem a surgir o convite e Paulo Freire vai lá, pela primeira vez, em finais de 1975,

² O Prémio UNESCO de Literacia Rei Sejong foi criado em 1989, com o patrocínio da República da Coreia, para “recompensar actividades que demonstrem mérito e alcancem resultados particularmente eficazes na contribuição para a luta pela alfabetização. Dá atenção especial à criação, desenvolvimento e disseminação de línguas maternas nos países em desenvolvimento”

Fonte: <http://www.unesco.org/new/en/unesco/prizes-medals/unesco-prizes/literacy-and-teaching/unesco-king-sejong-literacy-prize/>

³ O prémio distinguiu o “Programa de Treino e Educação de Adultos”, um programa de desenvolvimento das mulheres e de erradicação do analfabetismo, com a justificação de ter dado prioridade à formação das mulheres, da sua flexibilidade e da sua importância, para além do seu grande impacto.

como refere no livro «Cartas à Guiné-Bissau». Lá ele encontra um processo que está muito mais maduro, muito mais avançado, com outro tipo de problemas. Um deles, o da língua. Essa é uma das questões que era muito discutida na época. Paulo Freire toca na matéria no «Cartas à Guiné-Bissau». Contudo, é através de uma palestra que ele fez na Universidade de Brasília, em 1985, que ele vai mais fundo, apresentando aquilo que poderia ter sido a sétima carta do livro «Cartas à Guiné-Bissau». Ele defendia que a alfabetização fosse feita na língua nacional, na língua materna. Ora, em Cabo Verde e na Guiné-Bissau a língua nacional, a língua materna, não é o português. Em Cabo Verde é o cabo-verdiano, ou, vulgarmente, o crioulo. No caso da Guiné-Bissau, são várias as línguas maternas, em função das diferentes tribos e grupos étnicos, que têm línguas distintas. Nesse país, é o crioulo – que é próximo do cabo-verdiano, que faz de veículo de comunicação entre as várias tribos. Paulo Freire defendia que se fizesse a alfabetização em crioulo, não em português. Pois que no processo de alfabetização a preocupação é estarmos mais próximos de quem alfabetizamos, para que tenham condições de participar. Ora, numa língua que lhes seja estranha como é que poderiam participar? Isso coartaria a participação. Nessa palestra na Universidade de Brasília, Paulo Freire diz que não meteu a sétima carta no livro, porque entendeu que não seria o mais apropriado. Por isso, ele só vem dar a conhecer essa sétima e última carta, anos mais tarde. Nessa carta ele é muito crítico quanto à questão da língua. Ele questiona o comissário Mário Cabral, ou seja, o ministro da educação da época, interrogando se a alfabetização é feita na Guiné-Bissau em português quem é que vai sair do sistema de formação? Ele concluía que seriam os filhos dos dirigentes, ou seja, um pequeno número, pois a grande maioria das pessoas não poderia correr o sistema de educação, seria excluída, voltando ao campo, ou às suas actividades tradicionais, porque não conseguiria evoluir no sistema. Para Paulo Freire era pois muito importante a questão da língua em que funciona o círculo de cultura.

Que mais dizer-vos nesta introdução? É tanta coisa... Talvez falar-vos de algumas lições que marcaram toda a minha vida profissional e, marcam-me ainda. Sublinho entretanto que não venho da área da educação, pelo que, sendo economista de formação, a alfabetização para mim sempre foi uma questão de cidadania, de militância, de militância política.

Uma das lições tem a ver com as relações entre a educação e a produção, relações que Paulo Freire sublinhava sempre. Não podíamos estar a fazer alfabetização em compartimento estanque, ou em casulo. Fosse onde fosse, seja no caso dos trabalhadores emigrantes, seja no caso das populações ou das comunidades em Cabo Verde ou na Guiné-Bissau, não podíamos alfabetizar num processo desconectado da vida da comunidade. O processo de alfabetização tem de estar associado, para ser bem sucedido, a um processo de alteração das condições de vida daqueles que estão a ser alfabetizados, ou pela melhoria das suas condições económicas, ou pela alteração das suas condições de vida ao nível social, ou por outra via. Em qualquer caso, é muito importante que o processo de alfabetização esteja ligado a um conjunto de outras actividades nas comunidades, que não se desligue da actividade produtiva, nem das condições de vida dessas pessoas e dessas comunidades.

Outra lição tem a ver com o lugar da educação. Não é possível desligar a alfabetização do sistema educacional global, onde ela tem de estar inserida. Essa foi uma das razões do sucesso de Cabo Verde que permitiu ao país fazer uma impressionante caminhada em 35 anos e até ser premiado pela UNESCO. A alfabetização não pode ser responsabilidade exclusiva do ministério da educação, mas sim de todos os ministérios, tem de ser parte do sistema global de governação do Estado.

Outra lição que fica é a importância primordial que tem a escolha das palavras geradoras. O universo vocabular tem de ser ajustado àquela comunidade concreta em particular. É pois muito importante a selecção das palavras geradoras. Há pois todo um trabalho nesse sentido. Uma das questões colocadas pelo professor Fiori na reunião de Lisboa, em Abril de 1975, era justamente a necessidade de criação, em Cabo Verde e na Guiné-Bissau, de seis, sete ou oito grupos com interesses diferentes e cada um trabalhando em áreas diferentes de actividade,

onde se investigaria o universo vocabular, para permitir a definição das palavras geradoras mais importantes para cada área de actividade.

Outra lição ainda é a importância do papel do alfabetizador, monitor, ou coordenador do círculo de cultura. Fiori sublinhava que o alfabetizador não é um propositor, mas sim um provocador, um indutor. O monitor tem de ser capaz de levar o grupo a fazer a crítica. Não é ele que faz a crítica. Aliás, há um episódio muito bonito, que Paulo Freire conta no livro «Cartas à Guiné-Bissau». Numa zona no interior da Guiné-Bissau que ele e Elza foram visitar, os alfabetizandos estavam já todos na sala quando entrou o monitor, que pegou numa vassoura e começou a varrer. Imaginem aquelas vassouras tradicionais feitas de ramos de palmeira, aquela palhota, o chão de terra batida. Ele começou a varrer, a varrer, a varrer, nunca mais parava de varrer e de limpar, até que os alfabetizandos às tantas começaram a ficar irrequietos e enervados e um deles perguntou: “Camarada, mas quando começamos a nossa «aula»?” Aí, o monitor respondeu dizendo que a sessão tinha começado desde que ele entrou na sala e, que a palavra geradora do dia era limpeza. E lá ele começou a desenvolver o seu trabalho. Paulo Freire conta este episódio, que é muito bonito, comentando a criatividade com que o monitor introduziu o tema, envolveu e provocou aquela turma, para que ela entrasse no assunto do dia.

O método Paulo Freire é um método que não é neutro. As palavras não são minhas, são do professor Fiori. Não é neutro, porquanto ele desperta uma visão crítica frente a uma sociedade injusta. Como alfabetizadores, é isso que temos de ser capazes de despertar no círculo de cultura. Como alfabetizadores temos de ser capazes de provocar em quem estamos a alfabetizar, um debate que seja crítico. E que eles possam, eles, não nós, trazer a crítica, fazer a crítica. Daí que seja tão importante o processo de preparação dos alfabetizadores.

Outra lição é que é também muito importante a imagem que suscita o debate sobre a palavra geradora. No nosso caso, éramos estudantes, com poucos meios. Por isso, por vezes as imagens que usávamos eram desenhos feitos por outros colegas estudantes, mais dotados, como os que ainda guardo relativos às palavras geradoras chuva e trabalho, que, no caso da diáspora cabo-verdiana em Lisboa (camponeses que tinham sido expulsos dos campos pela seca), eram das palavras geradoras mais ricas, pois que nós estávamos a fugir da seca, em busca de trabalho. Também as fichas de palavras geradoras que usávamos não foram feitas especialmente para nós. Usávamos as que foram produzidas para Portugal, que ainda conservo. O professor Lindley Sintra tinha adaptado a lista das palavras geradoras do Brasil para servir em Portugal. Nós pegámos nesse resultado e a partir daí fizemos alguns ajustamentos para a nossa realidade. Se virem as fichas que aqui tenho, notarão que algumas estão riscadas, significando que essas não se aplicavam no nosso caso. Mas era o material que estava disponível, era o material que nós tínhamos e utilizávamos.

Finalmente, gostaria de referir a questão do risco pós alfabetização. Mencionei inicialmente os textos de apoio aos alfabetizandos numa fase mais avançada. É que um dos riscos maiores é o risco do analfabetismo de retorno, ou analfabetismo regressivo. O risco de perder o que se adquiriu, depois da pessoa ter sido alfabetizada, simplesmente por essa pessoa não ter condições para utilizar seus conhecimentos. E no nosso caso era muito simples, porque eram trabalhadores de construção civil, de manhã à noite estavam ali na obra. Contudo, nem que fosse para escrever uma carta para a mãe ou para a esposa que tinha ficado em Cabo Verde, havia esse incentivo. Mais tarde, em Cabo Verde, acabou-se por encontrar algumas soluções, com pequenas bibliotecas móveis, que circulavam numa dada região, bem como com a rádio pública, que desempenhou um papel fundamental no processo. Para que aquele/a que já aprendeu a ler tenha o mínimo de material e de incentivo que lhe permita manter seu conhecimento, não perder o adquirido, não regredir.

Permitam-me só sublinhar, antes de terminar, o papel muito importante que tiveram nestes processos, o Conselho Mundial das Igrejas e o IDAC, todos baseados em Genebra. Todas as equipas que foram a Cabo Verde e à Guiné-Bissau (até onde pude acompanhar) foram no quadro do IDAC, mas eu acredito que quem moveu os cordelinhos e os financiamentos foi sempre o Conselho Mundial das Igrejas. Por isso, entendo que historicamente Cabo Verde tem

uma dívida de gratidão com ambas as organizações, por nos terem trazido as luzes que nos permitiram dar este contributo e tirar nosso povo das trevas. O regime colonial utilizou os cabo-verdianos como mão de obra, seja nas minas, nas obras, ou nas roças de café e de cacau. É certo que o poder colonial também formou muitos quadros cabo-verdianos, que depois eram levados para outras colónias, onde desempenhavam o papel de administradores do império. Mas foi, naturalmente, uma formação interessada, deixando fora do sistema o grosso da população. Só assim se explica que, no território tido como o mais educado, o mais formado do império, dos 500 anos de presença colonial resultasse, à data da independência, um país que, tendo perdido pelas fomes sucessivas metade da sua população, ainda assim, tinha mais de 60% de sua população residente analfabeta! Muito Obrigada!